

Área: Ciências da Saúde

Projeto: O MONITORAMENTO DA PROPAGANDA DE PRODUTOS LÁCTEOS FUNCIONAIS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Autores: JULIANA MAURICIO DE OLIVEIRA (PIBIC/AÇÕES AFIRAMTIVAS); MARTHA EUNICE DE BESSA; MÔNICA CECÍLIA SANTANA PEREIRA; LOUISE CRISTINE CÂNDIDO DA SILVA; MIRIAN APARECIDA DE OLIVEIRA PINTO (ORIENTADOR)

Resumo:

A propaganda é um recurso legítimo utilizado pelas indústrias de alimentos para despertar o interesse do consumidor, estimular o consumo e aumentar as vendas. Para garantir os direitos do consumidor e proteger a saúde pública compete a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a regulamentação e a fiscalização da propaganda desses alimentos e de outros produtos sujeitos à vigilância sanitária. A estreita relação entre alimentação-saúde-doença tem estimulado a produção de alimentos funcionais. A ANVISA não define alimento funcional, mas apenas alimento com alegação de propriedade funcional e/ou de saúde, não sendo permitidas alegações que façam referência à cura ou à prevenção de doenças. O objetivo do presente trabalho foi analisar o atendimento das propagandas aos critérios específicos da legislação vigente, visando a contribuir para a promoção e proteção da saúde pública. Foram analisadas 56 propagandas eletrônicas de 29 produtos lácteos funcionais, de 10 fabricantes, sendo cada propaganda considerada como uma amostra. Foram avaliados os seguintes requisitos: frase da alegação funcional anunciada; frases de advertência; indicação da espécie do micro-organismo probiótico e a quantidade mínima viável deste em unidade formadoras de colônias na recomendação diária do produto; os resultados encontrados foram: 4% das propagandas não atenderam a nenhum destes requisitos analisados e 86% atenderam a pelo menos um dos requisitos, quanto a advertência de “contém glúten” ou “não contém glúten” foi verificado que 32% das propagandas não apresentaram a advertência. Concluiu-se que todas as amostras apresentaram-se em desacordo com a legislação em pelo menos um dos requisitos. Ressalta-se a necessidade de maior esforço por parte dos órgãos de registro de alimentos e de fiscalização da propaganda para adequá-las à legislação.